

GESTÃO ESCOLAR E O MATERIAL DIDÁTICO NA DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESA

O processo de escolha do livro de inglês no município e na escola

Sabrina Hillesheim¹; Gisele Gutstein Guttschow²

RESUMO

O trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em educação no eixo de gestão tem como objetivo proporcionar uma análise sobre o livro didático da disciplina de língua inglesa na escola pública em relação ao processo de escolha dos livros e distribuição dos livros, e a sua efetiva utilização, ou não, nas escolas, assim como as possíveis contribuições da gestão escolar dentro desse processo. O foco desta análise é a adequação dos livros didáticos de inglês oferecidos pelo MEC entre os anos 2015 à 2018 ao projeto político-pedagógico da escola; ao aluno e professor; e à realidade sociocultural das instituições. O aprendizado pode contribuir para uma melhor utilização dos recursos didáticos fornecidos nas escolas públicas.

Palavras-chave: Livro didático. Inglês. Gestão. Projeto político-pedagógico.

INTRODUÇÃO

O ensino da língua inglesa no Brasil é hoje um componente curricular obrigatório nas escolas do ensino fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB de 1996, garante que “no currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa”, ou seja, a disciplina de língua estrangeira é obrigatória no currículo de todas as escolas.

A escolha pelo ensino da língua inglesa tem origem em questões políticas, econômicas e históricas, que a partir do início do século XX, tornaram o inglês à língua preterida para o ensino de idiomas no país. Dentro do contexto educacional, até o final do século XIX, a língua Francesa “tinha maior importância por ser considerada “língua universal” e por ser obrigatória para o ingresso em cursos superiores” (LIMA, 2008, p. 3). Porém, ao final da primeira grande guerra e início da

¹Pós-graduanda do PPGE/IFC no eixo Gestão em Educação. Professora de Inglês na rede de Balneário Camboriú. E-mail: sabrihil@hotmail.com

²Doutora em História e Historiografia da Educação. Professora do IFC-Araquari e orientadora deste trabalho. E-mail: gisele.guttschow@ifc.edu.br

segunda isso mudou, como aponta Lima (2008, p. 3) “O grande impulso do inglês no Brasil aconteceu na década de 1930 sob o governo de Getúlio Vargas, com as tensões políticas ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial”. O país durante a guerra aliou-se aos Estados Unidos e Inglaterra. Ao final da guerra, os Estados Unidos e seus aliados, vitoriosos passaram a exercer grande influência política e econômica na América Latina e no mundo.

Assim, a partir daquele momento “o capital americano começa a ampliar seu poderio econômico e a prevalecer tanto no comércio exterior como nos investimentos diretos em atividades produtivas no Brasil” (LIMA, 2008, p. 3). Além disso, mais tarde, já ao final do século o fenômeno da globalização conferiu a língua inglesa o status de língua Franca. Todos esses fatores contribuíram para que a oferta da língua inglesa nas escolas praticamente inquestionável. Porém, a qualidade do ensino da língua inglesa é muito discutida não apenas no meio acadêmico, mas também pela sociedade brasileira de maneira ampla. É bastante popular a crença de que não é possível aprender inglês no ensino regular, especialmente nas escolas públicas, basta observar o grande número de cursos livres e de franquias de escolas de idiomas no Brasil.

No entanto, parece haver uma divergência entre os objetivos de aprendizagem previstos nos documentos norteadores da educação no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e a nova Base Curricular Comum, e o desejo de parte da população, expresso muitas vezes em comerciais dos cursos livres, de aprender a falar o idioma. As divergências estão ligadas principalmente aos objetivos do mercado de trabalho e a necessidade de falar o idioma fluentemente e que em teoria, leva a ganhos financeiros para aqueles que dominam a língua inglesa. Já o objetivo do ensino de inglês na escola pública não pode ficar restrito ao desenvolvimento de algumas habilidades, mas ao desenvolvimento linguístico na língua estrangeira e também na materna, no exercício da cidadania, no respeito à diversidade cultural, na compreensão de que hoje não existe apenas um inglês pertencente a um falante nativo, mas uma língua global entre outros que dizem respeito à formação integral do indivíduo.

Outro ponto bastante discutido no Brasil é a falta de professores qualificados para o ensino de idiomas, sobretudo em relação à habilidade de compreensão e produção oral e escrita na língua inglesa. Muitos cursos de licenciatura habilitam o

professor para lecionar o idioma estrangeiro, porém a qualidade na formação desses profissionais deixa a desejar. O resultado é que muitos professores, mesmo licenciados não sabem falar o idioma que ensinam. Porém, há uma parte desses profissionais que é proficiente no idioma, mas outros fatores fazem com que mesmo esses profissionais não apresentem o desempenho desejado.

No Brasil, quase sempre as salas de aula não são adequadamente equipadas, há o problema do número elevado de alunos, entre tantos outros problemas que não são exclusivos desta disciplina. Também não parece haver um acompanhamento pedagógico que possa dar suporte ao professor em muitas escolas. Nessas condições o papel da formação do professor acaba sendo ainda mais importante. Lima (2014, p. 119), destaca que é possível ensinar inglês nas escolas, “É possível se o professor não for abandonado. Tendo apoio e atenção em forma de bolsas e licenças para fazer cursos de aperfeiçoamento e de especialização, o professor vai dar aulas mais dinâmicas”. Desta forma, mesmo com uma estrutura física deficitária da escola a formação do professor possibilita a adequação e inovação, o que garante o mínimo da aprendizagem desejada.

Ainda, em relação aos fatores que poderiam garantir um padrão mínimo de aprendizagem, e talvez, um dos mais importantes e complexos no ensino da língua estrangeira regular é a utilização do livro didático fornecido pelo MEC, assim como a sua rejeição e escolha por apostilas em alguns municípios. No caso das redes públicas de ensino o livro didático é fornecido pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A resolução nº 42, de 28 de agosto de 2012 estabelece que, “livros didáticos, seriados e consumíveis, para 6º ao 9º ano, abrangendo o componente curricular de Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol)” devem ser distribuídos. Entretanto, é necessário observar que a distribuição dos livros didáticos de língua inglesa é muito recente, embora o PNLD exista desde 1985. Por esta razão ainda existem muitos aspectos desconhecidos sobre sua distribuição, utilização e impacto no aprendizado dos alunos.

O objetivo deste trabalho é analisar o livro didático de inglês, o processo de escolha dos livros, sua efetiva utilização ou não utilização nas escolas, assim como as possíveis contribuições da gestão escolar dentro desse processo. Espera-se assim promover uma reflexão sobre o que pode ser feito por parte dos gestores para uma melhor escolha e utilização desse material como um instrumento de

qualidade no ensino da língua inglesa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa básica de caráter quali-quantitativa e será desenvolvida em duas fases, a primeira bibliográfica, em que serão analisados documentos legais sobre o ensino de língua estrangeira nas escolas brasileiras, além de pesquisas relacionadas ao assunto. A análise documental compreenderá a leitura de documentos como a LDB de 1996, e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino (1998) para o ensino de língua estrangeira, propostas curriculares, além dos livros didáticos utilizados em escolas públicas brasileiras no ciclo 2015- 2018. Em um segundo momento consiste na relação aos pressupostos apresentados nos documentos analisados e a possível contribuição da gestão escolar para a melhoria do ensino da língua inglesa nas escolas públicas.

RESULTADOS ESPERADOS OU PARCIAIS

O estudo está em fase de análise documental das propostas curriculares e dos livros didáticos. Uma das conclusões do estudo até o momento diz respeito ao livro didático que é o recurso pedagógico com maior disponibilidade nas escolas. O livro permite uma maior organização e sistematização do conteúdo por parte do professor e facilita o estudo dos alunos. Entretanto, apesar disso e do processo de escolha envolver os professores de inglês e uma série de critérios rígidos estabelecidos pelo MEC, o livro de inglês acaba muitas vezes sendo subutilizado nas salas de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à disciplina de língua inglesa existem alguns aspectos em comum nas escolas públicas, uma hipótese é que alguns desses aspectos estão ligados à gestão da escola e a maneira como ela relaciona-se com a disciplina de língua inglesa. Por isso é relevante um estudo mais profundo sobre todas as

questões relativas ao ensino da língua inglesa nas escolas, levando-se em consideração a legislação brasileira e as os valores e crenças atribuídas à disciplina no país.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. B; SCHWARTZMAN, S. **A escola vista por dentro** - Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2002.

BRASIL. BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: Acesso em: 14 NOV. 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CRUZ, S. C. **Língua espanhola e a importância do seu ensino**: uma reflexão calcada nos PCNs e na LEI 11.161. In: ENCONTRO MISSIONEIRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA CULTURA, II., 2016, São Luiz Gonzaga. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. 2016. p.1-12.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em outubro de 2017.

LIMA, Gislaine. **Breve trajetória da Língua Inglesa e do Livro Didático de Inglês no Brasil**. Londrina, 2008. p. 1-7.

LIMA, D. C. (2014). **Inglês em escolas públicas não funciona? Uma questão, múltiplos olhares**. Parábola editorial. São Paulo.